



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Setembro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em setembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de monitores mensais, o OPSA busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo.

A série de monitores faz parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

#### Sumário

Bolívia .....	2
Brasil.....	3
Colômbia .....	9
Equador.....	11
Guiana.....	12
Peru.....	13
Suriname.....	15
Venezuela .....	16
OTCA .....	18

## **Bolívia**

*Por Marília Closs e Débora Bedim*

Em 4 de setembro, comemorou-se o Dia Nacional das Áreas Protegidas na Bolívia. O país é conhecido como um dos quinze países “megadiversos” do mundo e conta com 23 áreas protegidas de nível nacional, inclusive na Amazônia, que somam o equivalente a 15% do território nacional. No dia 6 de setembro, o presidente da Bolívia, Luis Arce, reafirmou o compromisso boliviano de cuidar da “*Madre Tierra*” e das 23 áreas protegidas do país. Por sua vez, o ministro do Meio Ambiente e Água, Rubén Méndez, ressaltou os investimentos progressivos que estão sendo feitos em áreas como saneamento, irrigação e manejo de bacias para garantir água, financiamento para projetos de recuperação da cobertura vegetal, florestação, entre outros objetivos. Méndez destacou que esse investimento é essencial para o enfrentamento das crises climáticas que causam seca, cheias e escassez de água, tanto para consumo humano quanto para atividades da agropecuária. No total, os investimentos somam mais de \$ 8.241 milhões de pesos bolivianos.

Para reforçar este compromisso, o governo boliviano divulgou novas ações que envolvem a Amazônia: o início da construção da Planta de Transformação de Produtos da Amazônia Boliviana, no município de Puerto Rico; construção de moradias para população carente do município de El Torno, localizado na bacia amazônica; e implantação do Sistema de Água Subterrânea (*La Planchada*), que permitirá o fortalecimento da agropecuária na região.

Ademais, autoridades da Bolívia e do Brasil negociaram, no dia 28, a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Mamoré, que ligará as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerin, no Departamento de Beni, também na Amazônia. Nas palavras do vice-ministro boliviano para comércio exterior, Benjamín Blanco, na reunião “foram consolidados e ratificados os compromissos e acordos que os nossos chefes de Estado fizeram. Nesse sentido, acordamos uma ata que define os próximos passos para a construção da ponte binacional”.

Além disso, o presidente Luiz Arce discursou na abertura da Assembleia das Nações Unidas (ONU), no dia 19, onde cobrou sobretudo ações dos países ricos ao afirmar que cada Estado deveria destinar recursos ao Fundo de Perdas e Danos do Clima (criado na COP-27, em 2022) proporcionalmente à sua responsabilidade histórica relativa

à emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Arce ainda afirmou que a Agenda 2030 da ONU, que trata dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, só será cumprida quando acontecer uma inversão dos investimentos de “morte” em “vida”, isto é, em prol da paz e do enfrentamento da crise climática, o que deve ser acompanhado de transferência de tecnologia do Norte para o Sul.

### **Referências:**

Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/09/el-presidente-arce-reafirma-su-compromiso-de-cuidar-las-23-areas-protégidas-en-el-pais/>

Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/09/el-gobierno-nacional-invierte-mas-de-bs-8-200-millones-en-838-proyectos-de-agua-saneamiento-y-riego/>

Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/presidente-aboga-en-la-onu-por-el-multilateralismo-y-propone-construir-un-nuevo-pacto-para-el-futuro>

Disponível em: <https://twitter.com/LuchoXBolivia/status/1705429391117844729>

Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/bolivia-y-brasil-trabajan-para-materializar-a-la-brevedad-posible-la-construccion-del-puente-binacional>

Disponível em: <https://twitter.com/LuchoXBolivia/status/1707856986711195876>

Disponível em:  
<https://cancilleria.gob.bo/webmre/noticia/5354?fbclid=IwAR3dMvzsSig9HUU9oS22Dwix3rpQW7VCX853juDRdkrtyhIYYWYqV4dTxsM>

### **Brasil**

*Por Diogo Ives e Guilherme Fritz*

Em setembro, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, compareceu a diferentes reuniões internacionais multilaterais, onde destacou continuamente a emergência climática e o papel da Amazônia no seu enfrentamento. No dia 9, em discurso na abertura da cúpula de líderes do G20, destacou que a proteção da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia estão entre as prioridades do seu governo. Informou que, nos primeiros oito meses de 2023, o desmatamento na floresta caiu 48% em relação ao mesmo período do ano passado. Lembrou que o Brasil sediou a Cúpula da Amazônia, em agosto, onde foi lançada uma nova agenda de cooperação entre os países que compartilham o bioma e um diálogo com países detentores de florestas tropicais na África e na Ásia [1]. Entretanto, em coletiva de imprensa, Lula declarou que pretende

permitir que petróleo seja prospectado na Foz do Amazonas, para saber qual o tamanho das reservas existentes, mas que decisões sobre a sua exploração serão debatidas mais adiante [2].

No dia 16, Lula compareceu à Cúpula do G77 + China, realizada em Cuba. Em discurso, voltou a lembrar a realização da Cúpula da Amazônia e, desta vez, destacou que a colaboração entre os países amazônicos prevê cooperação científica e valorização de conhecimento das comunidades e instituições locais para o aproveitamento do patrimônio genético da biodiversidade, com proteção da propriedade intelectual e repartição justa de benefícios. Também mencionou que os países amazônicos se comprometeram a fortalecer o Observatório Regional da Amazônia, incumbido de sistematizar e monitorar dados para orientar políticas públicas. Por fim, lembrou que o Brasil sediará a COP-30 do Clima na Amazônia, na cidade de Belém, em 2025 [3].

No dia 19, Lula abriu os discursos de chefes de Estado na 78ª Assembleia Geral da ONU. Em determinado momento do discurso, declarou: “O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si”. Novamente, destacou que o Brasil organizou a Cúpula da Amazônia e que o desmatamento na porção brasileira da floresta vem caindo por conta do aumento de ações de fiscalização e combate a crimes ambientais. Afirmou que o futuro dos 50 milhões de sul-americanos amazônidas depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre o território da região. Além disso, anunciou a intenção de chegar à COP-28 do Clima, a ser realizada em Dubai neste ano, com uma visão conjunta entre os países detentores de florestas tropicais sobre as prioridades de preservação das bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong [4].

Além dos fóruns multilaterais, a Amazônia apareceu em diversas reuniões bilaterais do presidente brasileiro em setembro. Durante a cúpula do G20, na Índia, Lula se reuniu com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. No encontro, criticou condicionantes apresentadas pela União Europeia para fechar um acordo econômico com o Mercosul que preveem sanções em caso de descumprimento de metas ambientais. Lula lembrou, mais uma vez, que o desmatamento na Amazônia caiu ao longo dos últimos meses e que os países amazônicos pretendem cooperar no tema [5].

Por sua vez, às margens da abertura da Assembleia Geral da ONU, Lula reuniu-se com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Mudanças climáticas e transição energética foram temas na conversa, sobre o que Biden declarou que os dois países mobilizarão “centenas de milhões de dólares para preservar a Amazônia e os ecossistemas

cruciais da América Latina” [6]. Além disso, Lula teve também uma reunião bilateral com o primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre. O país é o maior doador ao Fundo Amazônia. Ambos conversaram sobre financiamento ambiental e investimentos em fontes de energia renováveis, mas também em petróleo, gás e mineração, setores da economia brasileira onde empresas norueguesas já atuam [7].

Também às margens da Assembleia Geral, ocorreu a Cúpula da Ambição Climática da ONU, no dia 20, organizada pelo secretário-geral, Antonio Guterres. Apenas países comprometidos a aumentar ambições de redução de emissões de gases de efeito estufa foram convidados. Entre os países amazônicos, somente Brasil e Colômbia receberam convites. Por problemas de saúde, Lula não compareceu ao evento e enviou, em seu lugar, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. A ministra anunciou que o Brasil vai elevar a Contribuição Nacionalmente Determinada no âmbito do Acordo de Paris: perseguirá uma redução de emissões de 48% até 2025 (hoje esta meta é de 37%) e de 53% até 2030 (hoje esta meta é de 50%) [18].

No dia 25, Lula recebeu a visita, em Brasília, do primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chinh. O país asiático abriga porções de floresta tropical em seu território. Os acordos de cooperação bilateral assinados estipulam uma colaboração no setor de florestas. Mais especificamente, preveem cooperação técnica em recuperação e melhoria de pastos em áreas tropicais para aumentar a eficiência da pecuária com preservação de biodiversidade. Também estipulam ações para promover sistemas agroflorestais, nos quais se busca aumentar a produção agrícola sem incorrer em plantações monocultoras [8].

Finalmente, no dia 28, Lula teve uma conversa telefônica com seu homólogo boliviano, Luis Arce. Ambos anunciaram a retomada de um projeto de construção de uma ponte internacional sobre o Rio Mamoré, planejada em acordo bilateral de 2007, mas não concretizada até hoje. A ponte teria cerca de 1.220 metros e conectaria as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guyaramerin, na Bolívia. O Mamoré faz parte da bacia amazônica [9].

Para além da agenda internacional, a Amazônia foi tema de anúncios domésticos importantes por parte do presidente brasileiro, feitos no dia 5 de setembro, considerado Dia da Amazônia. Em cerimônia no Palácio do Planalto, ao lado das ministras Marina Silva e Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Lula assinou decretos que criaram duas novas terras indígenas: a de Rio Gregório (na cidade de Tarauacá, estado do Acre, ocupada pelos povos Katukina e Yawanawá) e a de Acapuri de Cima (na cidade de Fonte Boa, estado

do Amazonas, ocupada pelo povo Kokama). Em abril, Lula já havia homologado outras seis terras indígenas [10].

Além disso, o presidente criou e ampliou unidades de conservação florestais. Por decreto, instituiu a Floresta Nacional do Parima, em Roraima, com cerca de 100 mil hectares, a fim de formar um corredor ecológico, partindo da fronteira com a Venezuela até a Terra Indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas. Foram ampliadas, ainda, as áreas do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica de Maracá, também em Roraima. As medidas visam a contribuir para o Brasil alcançar a meta de desmatamento zero até 2030 [10].

No mesmo sentido, o presidente reinstituuiu a Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O órgão foi extinto no governo Bolsonaro. Seu objetivo é ampliar a destinação de terras públicas, priorizando políticas de conservação ambiental e uso social da terra. No que toca a Amazônia, a recriação da câmara técnica será acompanhada pela publicação de uma chamada para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a região. A ATER Bioma Amazônia prevê R\$ 20 milhões para projetos de agricultura familiar de base agroecológica, com seis mil famílias beneficiadas inicialmente [10].

Lula também anunciou que o governo está preparando um decreto para aumentar parcerias com municípios. A expectativa é criar o Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, que daria apoio financeiro a municípios para fazerem prevenção, monitoramento, controle e redução de desmatamento e degradação florestal na Amazônia [10]. Além disso, o presidente anunciou a destinação de R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia, até 2025, para municípios considerados prioritários no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais [10]. Lembrou que a quantidade de terras da União na Amazônia Legal soma 50 milhões de hectares, equivalente ao tamanho da Espanha, o que exige diálogo com prefeitos e governadores para a sua proteção [11].

Ainda no dia 5, Lula participou da cerimônia de encerramento dos cursos de formação profissional da Polícia Federal, em Brasília, ao lado do ministro Flávio Dino (Justiça). Na cerimônia, 241 candidatos concluíram a formação: 116 agentes, 89 escrivães e 36 delegados. Todos os policiais serão designados para atuar em delegacias e superintendências da Polícia Federal situadas na Amazônia Legal, seguindo diretriz do governo federal [12].

No que toca o trabalho do Ministério de Relações Exteriores, para além da preparação das viagens e reuniões internacionais do presidente ao longo de setembro, convém destacar o envio de uma carta à União Europeia, assinada por outros 16 países, na qual o Brasil manifesta uma preocupação com a “Lei Antidesmatamento” do bloco (“EU Deforestation Regulation”), anunciada em junho. A medida busca dificultar a entrada de bens, no mercado europeu, que tenham sido produzidos a partir de desmatamento. Na visão dos países signatários da carta, a medida impõe custos imensos aos seus produtores. Segundo o Itamaraty, o Brasil já mantém um firme compromisso com o combate ao desmatamento e tem fortalecido atividades de fiscalização e preservação das florestas brasileiras, em particular na Amazônia [13].

Além disso, no dia 18, o vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, foi recepcionado no Palácio do Itamaraty. Alckmin apresentou, ao corpo diplomático, as principais diretrizes do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que prevê R\$ 1,7 trilhão em investimentos em diversos setores da economia. O vice-presidente destacou o compromisso do governo com a preservação da Amazônia e a importância dos investimentos que serão feitos em energia renovável e infraestrutura na região. Para ilustrar o tamanho do desafio, lembrou que apenas um município no Pará, Altamira, tem o tamanho de Portugal [14].

Por fim, a embaixada do Brasil na Alemanha organizou a Semana da Amazônia, entre os dias 11 e 15 de setembro. O evento de abertura contou com a presença de representantes dos governos brasileiro e alemão, deputados e acadêmicos. Seu principal objetivo foi divulgar projetos e ações do Brasil para a proteção da Amazônia, assim como trocar perspectivas sobre como a ciência e a tecnologia podem ser utilizadas em prol do desenvolvimento sustentável da região [15].

A despeito da centralidade da pauta climática e ambiental nos discursos oficiais, cabe mencionar, para além das agendas do presidente e do MRE, que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) está entre aqueles que sofrerão corte orçamentário no ano de 2024. A pasta terá uma redução de 16% no orçamento, o que representa uma perda de aproximadamente R\$ 700 milhões, reduzindo o montante de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. O corte é previsto pelo projeto de lei orçamentária entregue ao Congresso Nacional. Se comparado ao orçamento de 2014 (o maior da série histórica do MMA), que era de R\$ 13,1 bilhões, a redução representa uma queda de 72% [16].

Por outro lado, o MMA anunciou uma medida positiva em matéria de investimento social: a retomada do programa Bolsa-Verde, que estava parado há seis

anos. O programa pretende pagar R\$ 600,00 para pessoas de baixa renda (inicialmente, cerca de 6.251 famílias) através da Caixa Econômica Federal. O objetivo é apoiar, trimestralmente, famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em assentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais. O programa engloba as diversas comunidades amazônicas e, segundo apontamentos do governo, 55.812 famílias podem ser beneficiadas no futuro. O recebimento da Bolsa-Verde não retira o direito de participação dos beneficiados em outros programas do governo federal [17].

### **Referências:**

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-da-cupula-do-g20>. Acesso em 02/10/2023.
- [2] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/es/seguir-al-gobierno/entrevistas/entrevista-colectiva-concedida-por-el-presidente-de-la-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-despues-de-la-participacion-en-la-cumbre-del-g20-en-india>. Acesso em 02/10/2023.
- [3] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-do-g77-china-em-cuba>. Acesso em 02/10/2023.
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em 02/10/2023.
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/presidente-cobra-clareza-de-europeus-sobre-acordo-com-mercosul>. Acesso em 02/10/2023.
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/em-encontro-com-joe-biden-lula-destaca-potencial-da-transicao-energetica-no-brasil>. Acesso em 02/10/2023.
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-se-reune-com-primeiro-ministro-da-noruega-em-nova-york>. Acesso em 02/10/2023.
- [8] Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-primeiro-ministro-do-vietna-ao-brasil-25-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-primeiro-ministro-do-vietna-ao-brasil-25-de-setembro-de-2023). Acesso em 02/10/2023.
- [9] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/brasil-e-bolivia-retomam-projeto-de-ponte-binacional>. Acesso em 02/10/2023.



[10] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/no-dia-da-amazonia-presidente-homologa-terras-indigenas-e-assina-atos-para-protecao-da-floresta>. Acesso em 02/10/2023.

[11] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-municipios-receberao-r-600-milhoes-do-fundo-amazonia-para-combate-ao-desmatamento>. Acesso em 02/10/2023.

[12] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-participa-de-encerramento-dos-cursos-de-formacao-da-policia-federal>. Acesso em 02/10/2023.

[13] Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia). Acesso em 03/10/2023.

[14] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/vice-presidente/discursos/pronunciamento-do-presidente-em-exercicio-geral-do-alckmin-em-cerimonia-de-apresentacao-do-novo-pac-ao-corpo-diplomatico>. Acesso em 03/10/2023.

[15] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-berlim/noticias/2023/set/secretaria-ana-toni-mma-presente-na-semana-da-amazonia-11-a-15-de-setembro>. Acesso em 03/10/2023.

[16] Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/vitrine-do-governo-lula-ministerio-do-meio-ambiente-sofrera-corte-de-r-700-milhoes-em-2024-01092023>. Acesso em 04/10/2023.

[17] Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/beneficios-sociais/caixa-bolsa-verde-de-600-quem-recebe-consulta-64751>. Acesso em 04/10/2023.

[18] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/10/09/fim-das-pedaladas-climaticas-e-eliminacao-dos-combustiveis-fosseis-cupula-de-ambicao-climatica-da-onu-em-nova-york/>. Acesso em 10/10/2023.

## **Colômbia**

*Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis*

No dia 20 de setembro, o presidente colombiano Gustavo Petro participou da Cúpula de Ambição Climática, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em sua sede nos Estados Unidos, em paralelo à Semana do Clima de Nova York e à Assembleia Geral da ONU (1). A reunião visava a acelerar a descarbonização da

economia global e buscar soluções conjuntas para o enfrentamento das mudanças climáticas. Lideranças governamentais, empresariais e sociais participaram da reunião. A cúpula é um dos principais eventos que precedem a COP28, que será realizada entre novembro e dezembro de 2023 em Dubai (2).

Na ocasião, Petro foi enfático ao pontuar que a interrupção da produção e do consumo de petróleo, carvão e gás em curto prazo é a principal tarefa a ser realizada para que os países alcancem resultados relevantes na mitigação das mudanças climáticas e na proteção da Amazônia. “O verdadeiro objetivo que todos os países deveriam ter é tender a zerar a produção e a demanda de petróleo, carvão e gás no curto prazo. Caso contrário, a vida não será salva”, pontuou o mandatário colombiano (3). Um dos obstrutores para a consecução deste objetivo seria o *lobby* do capital fóssil, isto é, das grandes produtoras de combustível fóssil, que atrasa o desenvolvimento de políticas de transição energética, segundo o presidente colombiano. Dessa forma, a solução deveria envolver engajamento estatal. O presidente propôs a eliminação do subsídio aos combustíveis fósseis, medida adotada pela Colômbia em 2022 (4).

Além disso, as propostas de reestruturação do sistema financeiro mundial e de ampliação dos investimentos do Norte geopolítico, feitas por Petro na cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em agosto, e durante o seu discurso na 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no dia 19 de setembro, foram novamente reforçadas. Petro apontou que a compensação de países produtores de petróleo, gás e carvão, como a própria Colômbia, não pode depender do capital privado. Por isso, propôs que seja criado um fundo significativo com investimento estatal oriundo, principalmente, do Norte geopolítico, projeto este intitulado pelo presidente colombiano de “Plano Marshall para Vida”.

Finalmente, o presidente reforçou a proposta que vem desenhando junto aos demais Estados pan-amazônicos de revitalizar a Floresta Amazônica. Esta é vista por Petro como a “esponja do mundo” devido a sua importância na captura de carbono da atmosfera. No entanto, para que este projeto seja posto em marcha, segundo ele, é crucial que haja apoio financeiro, de forma que seja possível substituir as atividades produtoras e predadoras que ocorrem na região.

## **Referências:**

1)Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Eliminar-por-completo-subsidios-a-los-combustibles-fosiles-en-el-mundo-propuesta-del-presidente-Gustavo-Petro-230920.aspx>

2) Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/imprensa/paises-foram-pouco-ambiciosos-na-cupula-da-ambicao-climatica-da-onu-caminho-para-cop28>

3) Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/gustavo-petro-en-cumbre-de-accion-climatica-807877>

4) Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/se-acabo-el-subsidio-al-precio-de-la-gasolina-y-los-precios-comenzaran-a-subir-3384500>

## **Equador**

*Por Ghaio Nicodemos*

No dia 5 de setembro, o presidente equatoriano, Guillermo Lasso, anunciou, em evento público, o lançamento do projeto do Biocorredor Amazônico, que cobrirá 6 milhões de hectares de floresta e 18 mil quilômetros de cursos fluviais na região amazônica do país. O desenho do projeto contou com a coautoria da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana* (CONFENIAE), do ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, e da organização não-governamental estadunidense *The Nature Conservancy*.

O Biocorredor Amazônico ambiciona propiciar, através de variadas políticas públicas, a conectividade territorial, a conservação de fauna e flora, medidas de transição climática, ações de mitigação de danos pelas mudanças climáticas e apoio e proteção das comunidades locais que vivem na região, equilibrando salvaguardas ambientais e proteção social. O território demarcado inclui 11 nacionalidades indígenas, com um total de 200 mil habitantes. O projeto parte de uma rede de governança que integra governos locais, comunidades indígenas, ONGs e o ministério do Meio Ambiente, responsáveis por implementar e fiscalizar políticas de proteção do bioma amazônico, a biodiversidade e os cursos de água doce.

## **Referências:**

Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/un-hito-mas-en-conservacion-ecuador-anuncia-la-creacion-del-biocorredor-amazonico/>

Disponível em: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2023/09/2023.09.05-BIOCORREDOR-AMAZONICO.pdf>

## **Guiana**

*Por Guilherme Fritz*

O presidente do país, Irfaan Ali, discursou na abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de setembro. Durante a fala, reforçou o compromisso com a conservação da floresta amazônica, mas também acentuou o importante papel que os países desenvolvidos precisam desempenhar para que a Guiana consiga manter o trabalho de preservação [1].

O apelo de Ali é melhor compreendido à luz da configuração da economia de seu país. A grande quantidade de petróleo descoberto na costa do país, em 2015, vem atraindo investimentos do capital estrangeiro. Empresas do setor de óleo e gás, como a ExxonMobil, vêm atuando na extração de petróleo *offshore* e contribuindo para o crescimento do PIB do país. No primeiro semestre de 2023, o crescimento foi de 59,5%, puxado majoritariamente pela atividade de óleo e gás, mas não apenas: outros setores da economia também cresceram em razão de um aumento de produtividade, como a agricultura, a pesca e a mineração – nesta, o crescimento econômico foi de 89,9% [3]. Entretanto, as atividades econômicas que exploram a terra tendem a expandir-se sem levar em conta o uso sustentável do solo. A rentabilidade do mercado de crédito de carbono ainda é baixa para apoiar projetos de conservação.

Relacionado a este problema, outra questão também mencionada por Ali na AGNU foi a soberania alimentar dos países caribenhos. Segundo o presidente, a região não é autossuficiente e lida com uma questão urgente de insuficiência alimentar. A Guiana se posiciona como uma liderança de países da região, de tal forma que apoia a intenção do CARICOM é de reduzir em 25% o nível de importações de alimentos até 2025. A Guiana pretende aumentar a produção de alimentos dentro de suas fronteiras, principalmente a de arroz e, para isso, criou o Guyana Rice Development, um conselho com a função específica de ajudar a aumentar a produtividade do cereal [5]. Para que a empreitada não implique uma exploração extensiva do solo, seria necessário um aporte financeiro, técnico e tecnológico por parte dos países mais ricos, segundo Ali.

A combinação destes elementos converge com a preservação da floresta amazônica, segundo Ali, pois a crise climática não é a única no planeta: há uma crise social que a atravessa e que deriva das desigualdades entre países ricos e pobres. Uma ferramenta que a Guiana possui para que parte da renda oriunda de créditos de carbono

seja descentralizada e convertida em um meio para a preservação é a transferência direta de 15% dos valores obtidos para as comunidades indígenas, conforme o presidente [1].

Além de comparecer à AGNU, em Nova York, Ali estendeu sua viagem aos Estados Unidos em três dias. Em 16 de setembro, participou de um evento na National Defense University, em Washington. Em novo discurso, articulou as questões de defesa e clima, afirmando que estratégias nacionais de defesa não podem mais deixar de incluir os efeitos das mudanças climáticas para a instabilidade social. Além disso, afirmou que a parceria com os Estados Unidos seria fundamental para o sucesso da defesa guianense neste aspecto. Nos seus termos: “Temos que ser capazes de acelerar o desenvolvimento humano, por meio da nossa capacidade de defesa, através de um relacionamento ampliado, mais forte e mais focado com o SOUTHCOM (Comando Militar do Sul dos EUA) e esta instituição” [2].

### **Referências:**

[1] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/guyana>. Acesso em 05/10/2023.

[2] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2023/09/16/climate-change-must-be-considered-in-defence-strategies-president-ali/>. Acesso em 05/10/2023.

[3] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-records-59-5-economic-growth-in-1st-half-of-2023/>. Acesso em 05/10/2023.

[4] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2023/09/02/guyana-leading-caricoms-drive-to-reduce-food-bill-with-transformative-projects-president-ali/>. Acesso em 05/10/2023.

### **Peru**

*Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento*

No dia 7 de setembro, o Peru e mais 17 países [1] assinaram uma carta em Bruxelas, na Bélgica, solicitando à União Europeia que reconsidere sua “lei antidesmatamento” (*EU Deforestation Regulation*), a qual estipula exigências para um comércio livre de desmatamento. A carta expressa preocupações quanto ao caráter punitivo e discriminatório da lei europeia. Com essa iniciativa, os países signatários visam não apenas a garantir uma aplicação justa das regulamentações, como também buscam evitar encargos que possam aumentar os custos de produção de pequenos produtores de bens agrícolas.

Os 17 países argumentam que a lei europeia tem um conteúdo único, aplicado a todos os casos, o que exclui especificidades de produção, realidades e normas nacionais, como é o caso do Peru, que se destaca na agroexportação de café e cacau. Desse modo, a adesão à carta por parte do país peruano se deu a fim de garantir que não haja ônus excessivo para seus produtores. O governo do Peru reconheceu a importância de regras para a preservação da floresta amazônica, desde que considerem com atenção os pequenos produtores, cooperativas agrárias e comunidades.

Em sequência, no dia 11 de setembro, como parte da Semana da Amazônia na Alemanha, o Consulado Geral do Peru em Frankfurt organizou o evento “Exposição de Projetos da Sociedade Zoológica de Frankfurt na Amazônia Peruana”. O evento teve como público-alvo estudantes peruanos em universidades alemãs e membros da comunidade peruana envolvidos na promoção cultural e artística da Amazônia. Na abertura do evento, o cônsul-geral do Peru, Carlos Alberto Linares Villegas, ressaltou o dever de proteção, conservação e desenvolvimento que o país tem com a Amazônia. Sua fala salientou a importância de se unir esforços de cooperação nacional e internacional para preservar a riqueza ecológica da região amazônica.

Esses dois eventos demonstram como o atual governo peruano, por meio da defesa de pautas ambientais, vem tentando reinserir o país nos foros multilaterais ao propor e aderir a uma maior cooperação com outros Estados. A atual presidente do país, Dina Boluarte, é contestada por diferentes grupos domésticos, seja pela forma como ascendeu ao poder (após impeachment e prisão do ex-presidente Pedro Castillo), seja pela repressão que comandou contra manifestantes e que resultou em mortes.

### **Referências:**

[1] Junto ao Peru, assinaram a carta os seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Honduras, Gana, Guatemala, Indonésia, Malásia, México, Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Tailândia.

Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia)

Disponível em: <https://elpais.com/clima-y-medio-ambiente/2023-09-11/brasil-mexico-colombia-indonesia-y-otros-13-paises-reclaman-a-la-ue-que-reconsidere-su-ley-contrala-deforestacion.html>

Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/833891-peru-y-16-paises-suscriben-carta-conjunta-solicitando-a-la-union-europea-mitigar-efectos-de-reglamento-sobre-comercio-libre-de-deforestacion>

Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/835831-el-peru-celebra-la-semana-de-la-amazonia-en-alemania>

## **Suriname**

*Por Guilherme Fritz*

No mês de setembro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, compareceu a importantes eventos de caráter multilateral, como a Cúpula do G77+China, em Cuba, e a abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Em ambas as reuniões, o discurso do presidente buscou reforçar o compromisso com a responsabilidade climática, mas ao mesmo tempo ressaltou a importância que os países desenvolvidos devem ter para que o desafio climático seja superado sem que as assimetrias econômicas sejam menosprezadas. Chan Santokhi fez questão de reforçar seu compromisso com a Agenda 2030 da própria ONU [1].

Mais de 95% do território do Suriname é coberto por florestas, grande parte por vegetação amazônica. Sendo assim, o país é um dos poucos do planeta com taxas de carbono negativas, ou seja, possui a capacidade de capturar mais carbono do que emitir [2]. Contudo, mais de 85% das exportações do país devem-se à mineração do ouro, atividade que, necessariamente, implica em desmatamento e ao esgotamento da terra [3]. É a partir dessa realidade que o presidente reforçou a necessidade de maior financiamento e transferência tecnológica para que o país possa continuar preservando suas florestas, mas também combater a desigualdade econômica à qual está condicionado [1].

Além dos discursos nos organismos multilaterais, Santokhi também foi aos Estados Unidos para buscar investidores para exploração de petróleo, pois grandes reservas foram descobertas na costa marítima em 2020 [4]. Sendo assim, em seu discurso na AGNU, o presidente reforçou a necessidade da combinação entre os investimentos no setor de óleo e gás com as captações de financiamento via mercado de créditos de carbono. Também aproveitou para anunciar o lançamento de títulos de crédito de carbono com base nas determinações do Acordo de Paris de 2015 [1]. A capacidade de atrair financiamento está diretamente ligada à possibilidade de o Suriname diminuir as atividades predatórias em relação à floresta, principalmente em relação à mineração.

## Referências:

- [1] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/suriname>. Acesso em: 06/10/2023.
- [2] Disponível em: <https://zephyrnet.com/pt/suriname-assume-a-lideran%C3%A7a-na-venda-de-cr%C3%A9ditos-de-carbono-sob-acordo-de-paris/>. Acesso em: 06/10/2023
- [3] Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/09/22/world/americas/gold-mercury-mining-poison.html>. Acesso em: 06/10/2023
- [4] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/09/20/president-santokhi-moedigt-amerikaanse-investeringen-in-suriname-aan/>. Acesso em: 06/10/2023

## Venezuela

*Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun*

Em setembro de 2023, o principal acontecimento no território amazônico da Venezuela foi a evacuação de mais de 13 mil pessoas do Parque Nacional Cerro Yapacana, no estado do Amazonas. Parte dessas pessoas estavam envolvidas com atividades de mineração ilegal. Após esse ato, o Parque foi declarado “território livre de mineração ilegal”. A evacuação fez parte da “Operação Escudo Bolivariano Autana 2023”, conduzida pelo Comando Estratégico Operacional de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana (CEOFANB) desde 1º de julho de 2023. Essa Operação é uma continuidade das operações que começaram em 2022: Cacique Aramare 2022, Roraima 2022 e Autana I - 2022.

Nicolás Maduro, durante a celebração do 18º aniversário do CEOFANB em 29 de setembro, condecorou os comandantes da Operação Autana 2023, reconhecendo o trabalho realizado pelos militares no Parque e congratulando-os pela defesa da soberania nacional da Venezuela. Nesse mesmo dia, a terceira fase da Operação Autana 2023 teve início. Foi estabelecido um Conselho de Vice-Presidentes Setoriais, liderado pela Vice-Presidente Delcy Rodríguez, que se reunirá semanalmente para analisar o processo de reflorestamento, arborização e recuperação do equilíbrio da Amazônia no Parque Nacional Cerro Yapacana.

Nessa nova fase, o presidente venezuelano autorizou o comandante geral do CEOFANB, Domingo Hernández Lárez, a coordenar ações com o Ministério da Defesa da Colômbia, bem como com suas forças públicas, com o intuito de evitar a destruição



da Amazônia venezuelana. Para Maduro, as máfias colombianas são responsáveis pelo ecocídio contra a Amazônia.

Por fim, vale destacar, no âmbito da política externa, a participação em dois fóruns internacionais. Na Cúpula do G77 + China, em Havana, Maduro não mencionou a região ou a questão das mudanças climáticas em seu discurso, porém assinou a declaração final do encontro, que incluiu a busca pela “promoção e apoio urgente ao avanço tecnológico nos países em desenvolvimento para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo que nos permita enfrentar as alterações climáticas, a pobreza e as futuras pandemias”.

Por sua vez, no discurso da abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York, o chanceler Yvan Gil reforçou que não se deve mudar o clima, mas sim o sistema. O chanceler destacou a necessidade de maior financiamento para os países em desenvolvimento e de responsabilização dos países desenvolvidos pelas mudanças climáticas, ressaltando os princípios de equidade e de responsabilidades comuns porém diferenciadas. Gil, no entanto, não mencionou o território amazônico em seu discurso.

#### **Referências:**

Disponível em:

[http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id\\_evento=25316](http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25316)

Disponível em:

[http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id\\_evento=25309](http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25309)

Disponível em:

[http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id\\_evento=25302](http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25302)

Disponível em:

[http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id\\_evento=25257](http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25257)

Disponível em <http://www.minec.gob.ve/jefe-de-estado-respalda-operacion-autana-en-defensa-de-la-soberania-nacional/>

Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/a-pan-amazonia/amazonia-na-venezuela.html>

Disponível em: <https://www.defensa.com/venezuela/venezuela-lanza-simultaneamente-operaciones-roraima-2022-autana>

Disponível em: <https://istoe.com.br/militares-desalojam-mais-de-11-500-mineradores-ilegais-de-reserva-natural-na-venezuela-2/>

Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/venezuela-bolivarian-republic>

Disponível em: <https://www.celag.org/cumbre-g77-china-en-cuba/>

## **OTCA**

*Por Diogo Ives*

No Dia da Amazônia – 5 de setembro –, a OTCA publicou um comunicando em seu site no qual celebrava a data, afirmava-se como uma promotora de estratégias de cooperação entre os países amazônicos e saudava a Declaração de Belém, aprovada na cúpula de chefes de Estado, realizada em agosto. A organização elencou como destaques da declaração os seguintes objetivos: promover a economia verde, implementar políticas de proteção e recuperação de áreas degradadas, fomentar pesquisas científicas e articular ações para combater o desmatamento e a mineração ilegal [1].

Além disso, em 7 e 8 de setembro, a OTCA e o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia organizaram, na cidade de Letícia, um workshop com atores nacionais relevantes do país sobre o Programa de Ações Estratégicas, vinculado ao Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF). Este programa, criado em 2017, é endossado por todos os países da OTCA e busca garantir uma gestão integrada, sustentável e participativa dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia do Amazonas [2].

Por sua vez, o Peru sediou um evento semelhante nos dias 26 e 27, em Lima, também com colaboração da OTCA, para instruir membros do governo e da sociedade civil sobre os objetivos do Programa de Ações Estratégicas. Workshops desse tipo serão organizados em todos os países membros (o primeiro ocorreu na Bolívia, em agosto). A partir destes eventos, espera-se que cada país formule um Plano de Ação Nacional para a gestão da bacia amazônica, com sensibilidade às mudanças climáticas e à diversidade de gênero [3].

## **Referências:**

[1] Disponível em: <http://otca.org/pt/dia-da-amazonia/>. Acesso em 03/10/2023.

[2] Disponível em: <http://otca.org/pt/colombia-realiza-esta-semana-a-oficina-nacional-de-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-das-aguas-na-bacia-amazonica/>. Acesso em 03/10/2023.

[3] Disponível em: <http://otca.org/pt/peru-reefirma-seu-compromisso-com-os-esforcos-regionais-para-a-gestao-sustentavel-da-bacia-amazonica/>. Acesso em 03/10/2023.